



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE SETEMBRO DE 1988

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Caio Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

Daniel Abílio Ferreira Bastos

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 25 minutos.*

*Antes da ordem do dia. — Deu-se conta dos diplomas entrados na Mesa, dos requerimentos apresentados e da resposta a alguns outros.*

*Foi aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados do PSD, do PS, do PCP e do PRD.*

*Após a leitura do voto de pesar da Assembleia da República pelo incêndio ocorrido na Baixa pombalina, que foi aprovado,*

*intervieram os Srs. Deputados Lopes Cardoso (PS), Natália Correia e Rui Silva (PRD), Maria Santos (Os Verdes), João Corredor da Fonseca (ID), Narana Coissoró (CDS), João Amaral (PCP) e Correia Afonso (PSD), tendo ainda sido guardado um minuto de silêncio pelas vítimas da tragédia.*

*Os n.ºs 107 a 120 do Diário foram aprovados.*

*Ordem do dia. — A Câmara elegeu, entretanto, os seus representantes para a Comissão Consultiva para o Licenciamento das Actividades de Radiodifusão.*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 20 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PPD/PSD):**

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.  
 Adão José Fonseca Silva.  
 Adérito Manuel Soares Campos.  
 Alberto Cerqueira de Oliveira.  
 Alberto Monteiro de Araújo.  
 Álvaro Cordeiro Dâmaso.  
 Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.  
 António Abílio Costa.  
 António de Carvalho Martins.  
 António Augusto Ramos.  
 António Costa de A. de Sousa Lara.  
 António Fernandes Ribeiro.  
 António Joaquim Correia Vairinhos.  
 António José Caeiro da Mota Veiga.  
 António José de Carvalho.  
 António José Coelho Araújo.  
 António Maria Oliveira de Matos.  
 António Mário S. Coimbra.  
 António Paulo Martins Pereira Coelho.  
 António Roleira Marinho.  
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.  
 António da Silva Bacelar.  
 Aristides Alves do Nascimento Teixeira.  
 Arlindo da Silva André Moreira.  
 Armando de Carvalho Guerreiro Cunha.  
 Armando Manuel Pedroso Militão.  
 Arménio dos Santos.  
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.  
 Belarmino Henriques Correia.  
 Carla Tato Diogo.  
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.  
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.  
 Carlos Manuel Sousa Encarnação.  
 Carlos Matos Chaves de Macedo.  
 Carlos Sacramento Esmeraldo.  
 Casimiro Gomes Pereira.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Dinah Serrão Alhandra.  
 Domingos Duarte Lima.  
 Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.  
 Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.  
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.  
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.  
 Fernando José Alves de Figueiredo.  
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.  
 Filipe Manuel Silva Abreu.  
 Flausino José Pereira da Silva.  
 Francisco João Bernardino da Silva.  
 Francisco Mendes Costa.  
 Gilberto Parca Madail.  
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.  
 Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.  
 Hilário Torres Azevedo Marques.  
 Jaime Gomes Milhomens.  
 João Costa Silva.  
 João Domingos F. de Abreu Salgado.  
 João Granja Rodrigues da Fonseca.

João José Pedreira de Matos.  
 João José da Silva Maçãs.  
 João Manuel Ascensão Belém.  
 João Maria Ferreira Teixeira.  
 João Soares Pinto Montenegro.  
 Joaquim Eduardo Gomes.  
 Joaquim Vilela de Araújo.  
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.  
 José Alberto Puig dos Santos Costa.  
 José de Almeida Cesário.  
 José António Coito Pita.  
 José Assunção Marques.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Francisco Amaral.  
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.  
 José Júlio Vieira Mesquita.  
 José Lapa Pessoa Paiva.  
 José Leite Machado.  
 José Luís Bonifácio Ramos.  
 José Luís Campos Vieira de Castro.  
 José Luís de Carvalho Lalandia Ribeiro.  
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.  
 José Manuel da Silva Torres.  
 José Mário Lemos Damião.  
 José Pereira Lopes.  
 Leonardo Ribeiro de Almeida.  
 Licínio Moreira da Silva.  
 Luís António Martins.  
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.  
 Luís Filipe Meneses Lopes.  
 Luís Manuel Costa Gerales.  
 Luís da Silva Carvalho.  
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.  
 Manuel António Sá Fernandes.  
 Manuel Coelho dos Santos.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel João Vaz Freixo.  
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.  
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.  
 Manuel Maria Moreira.  
 Maria Assunção Andrade Esteves.  
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.  
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
 Maria Manuela Aguiar Moreira.  
 Maria Natalina Pessoa Milhano Pintão.  
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.  
 Mário Ferreira Bastos Raposo.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.  
 Mateus Manuel Lopes de Brito.  
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.  
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.  
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.  
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rosa Maria Ferreira Tomé e Costa.  
 Rui Alberto Limpo Salvada.  
 Rui Gomes da Silva.  
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.  
 Valdemar Cardoso Alves.  
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.  
 Virgílio de Oliveira Carneiro.  
 Vítor Pereira Crespo.

**Partido Socialista (PS):**

Afonso Sequeira Abrantes.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernandes Silva Braga.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Magalhães da Silva.  
 António Manuel Azevedo Gomes.  
 António Manuel Oliveira Guterres.  
 António Miguel Morais Barreto.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Armando António Martins Vara.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Fernando Ribeiro Moniz.  
 Francisco Fernando Osório Gomes.  
 Helena de Melo Torres Marques.  
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.  
 João Rui Gaspar de Almeida.  
 Jorge Lacão Costa.  
 José Apolinário Nunes Portada.  
 José Barbosa Mota.  
 José Ernesto Figueira dos Reis.  
 José Florêncio B. Castel Branco.  
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.  
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.  
 Luís Geordano dos Santos Covas.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Morais.  
 Manuel António dos Santos.  
 Maria Ana Silva Medeiros.  
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.  
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.  
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Raul Fernando Sousela da Costa Ribeiro.  
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.  
 Vítor Manuel Caio Roque.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Álvaro Favas Brasileiro.  
 António José Monteiro Vidigal Amaro.  
 António Joaquim Ferreira Lopes.  
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.  
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo Brito.  
 Cláudio José dos Santos Percheiro.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Edgar Maciel Correia.  
 Fernando Manuel Conceição Gomes.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 José Manuel Santos Magalhães.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitorino.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel Loureiro Roque.  
 Manuel Anastácio Filipe.  
 Maria Ilda Costa Figueiredo.  
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.  
 Maria Odete Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

**Partido Renovador Democrático (PRD):**

António Alves Marques Júnior.  
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.  
 José Carlos Pereira Lilaia.  
 José Silva Lopes.  
 Natália de Oliveira Correia.  
 Rui José dos Santos Silva.

**Centro Democrático Social (CDS):**

Adriano José Alves Moreira.  
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.  
 José Luís Nogueira de Brito.  
 Narana Sinai Coissoró.

**Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):**

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**

João Cerveira Corregedor da Fonseca.

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como é do vosso conhecimento, até às 18 horas terá lugar uma eleição que se vai processar na antiga Sala de Conselho de Ministros e cujos boletins de voto, com as respectivas listas, já foram distribuídos. A partir das 18 horas, a Câmara volta a reunir para proceder à proclamação dos resultados.

Como também foi acordado, haverá período de antes da ordem do dia inteiramente dedicado à análise e votação de um voto sobre o incêndio que ocorreu na Baixa pombalina, e cada grupo e agrupamento parlamentares disporá de cinco minutos a fim de se poderem pronunciar sobre ele.

Entretanto, o Sr. Secretário vai proceder à leitura dos diplomas que deram entrada na Mesa, dos requerimentos e das respostas a requerimentos.

O Sr. **Secretário** (Reinaldo Gomes): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projecto de lei n.º 289/V — Criação da freguesia de Nossa Senhora do Ó de Aguium, no concelho de Anadia—, apresentado pelo Sr. Deputado João Costa da Silva, do PSD; projecto de lei n.º 290/V — Garante às associações de estudantes dos estabelecimentos de ensino pós-secundário não integrados no ensino superior direitos consagrados na Lei n.º 33/87, de 11 de Julho—, apresentado pelos Srs. Deputados Rogério Moreira e outros, do PCP; projecto de lei n.º 291/V — Reduz a duração semanal do trabalho normal—, apresentado pelos Srs. Deputada Odete Santos e outros, do PCP; projecto de lei n.º 292/V — Adota medidas tendentes a suspender o encerramento de linhas, ramais e estações e define as condições a que deve obedecer o dimensionamento da rede ferroviária nacional—, apresentado pelos Srs. Deputados Luís Roque e outros, do PCP; projecto de lei n.º 293/V — Cria um sistema de bolsas incentivo à actividade artística desenvolvida por jovens—, apresentado pelos Srs. Deputados Rogério Moreira e outros, do

PCP; projecto de lei n.º 294/V — Carta de direitos dos cidadãos deficientes —, apresentado pelos Srs. Deputados Manuel Filipe e outros do PCP; projecto de lei n.º 295/V — Criação da freguesia de Dornelas, no concelho de Sever do Vouga —, apresentado pelos Srs. Deputados Flausino da Silva e outros, do PSD e do PS; projecto de deliberação n.º 20/V — Constituição de uma comissão eventual para o levantamento da situação nos principais aglomerados urbanos do País, em particular nos respectivos centros históricos, no que respeita às condições de segurança contra incêndios e catástrofes naturais —, apresentado pelo Partido Socialista; proposta de lei n.º 71/V — Lei de Bases da Reabilitação; proposta de resolução n.º 9/V — Aprova, para ratificação, o Acordo Criando o Fundo Comum para os Produtos Base, cujo texto foi adoptado na Conferência de Negociação do Fundo Comum, em 27 de Junho de 1980, em Genebra — o texto, em português e francês vai anexo à proposta de resolução; proposta de resolução n.º 10/V — Aprova, para adesão, o Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais e respectivos anexos A, B e C, concluído em Genebra, em 18 de Novembro de 1983.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que a partir deste momento estão abertas as urnas para a eleição dos membros da Comissão Consultiva para o Exercício da Actividade de Radiodifusão.

O Sr. Secretário vai agora proceder à leitura do requerimento e das respostas a requerimentos.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Foram apresentados na Mesa os requerimentos seguintes: ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelos Srs. Deputados Vidigal Amaro e Daniel Bastos, respectivamente; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro; ao Ministério da Educação, formulado pela Sr.ª Deputada Julieta Sampaio; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Alberto de Oliveira; ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs. Deputados Guerreiro Norte e Roleira Marinho; ao Ministério da Justiça, formulado pelo Sr. Deputado Alberto de Oliveira; à Secretaria de Estado do Tesouro, formulado pelo Sr. Deputado Lalandia Ribeiro; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Mateus de Brito; a diversos ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Lourdes Hespanhol; ao Governo, formulados pela Sr.ª Deputada Apolónia Teixeira; ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, formulados pelo Sr. Deputado Cláudio Percheiro; às Secretarias de Estado dos Transportes Exteriores e do Ambiente, formulados pelo Sr. Deputado Álvaro Brasileiro; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Luís Roque; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Lino de Carvalho e Jerónimo de Sousa, respectivamente; ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado António Mota; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Jorge Lemos; ao Ministério do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Afonso Abrantes; a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Miranda Calha;

ao Governo, formulados pelo Sr. Deputado Rui Silva a diversos ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Barbosa da Costa; ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Hermínio Martinho; aos Ministérios de Agricultura, Pescas e Alimentação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulados pelo Sr. Deputado Mendes Bota.

O Governo responde a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: António Magalhães, na sessão de 29 de Outubro; Vidigal Amaro, na sessão de 28 de Janeiro; António Ribeiro e Arons de Carvalho, na sessão de 4 de Fevereiro, respectivamente; Álvaro Amaro, nas sessões de 11 de Fevereiro, 3 de Maio e 23 de Junho; António Vitorino, na sessão de 17 de Março; José Magalhães, nas sessões de 27 de Novembro, 23 de Março, 19 de Abril, 19 e 31 de Maio e 16 de Junho; Armando Militão e Silva Lopes, na sessão de 23 de Março; Fernando Gomes, na sessão de 8 de Abril; Maria Santos, na sessão de 15 de Abril; José Apolinário, nas sessões de 15 de Abril, 23 de Junho e 14 de Julho; Silva Torres, na sessão de 28 de Abril; António Vairinhos, na sessão de 10 de Maio; Mendes Bota, nas sessões de 19 e 24 de Maio; Hermínio Martinho, nas sessões de 12 de Maio, 5, 6 e 7 de Julho; Lourdes Hespanhol, na sessão de 20 de Maio; Manuel Filipe, na sessão de 20 de Maio; Jorge Lemos, nas sessões de 1 e 23 de Março, 27 de Maio, 17 de Junho e 7 de Julho; Luís Roque, na sessão de 27 de Maio; Daniel Bastos, na sessão de 1 de Junho; Álvaro Brasileiro, nas sessões de 30 de Dezembro e 9 de Junho; Silva Carvalho, nas sessões de 9 e 30 de Junho e 12 de Julho; Herculano Pombo, nas sessões de 25 de Março, 26 de Abril, 15 e 30 de Junho e 14 de Julho; Roleira Marinho, na sessão de 15 de Junho; Adão Silva, nas sessões de 15, 16 e 22 de Junho e 6 de Julho; Julieta Sampaio, na sessão de 15 de Junho; Raul Castro, Afonso Abrantes e José Luís Nunes, na sessão de 16 de Julho, respectivamente; Carlos Coelho e outros, na sessão de 16 de Junho; Carlos Pinto, na sessão de 21 de Junho; Cláudio Percheiro, nas sessões de 21 de Junho, 7, 8 e 20 de Julho; Rogério Moreira, nas sessões de 24 de Maio, 22 e 29 de Junho; João Salgado, na sessão de 28 de Junho; Roque da Cunha, na sessão de 29 de Junho; Lopes Cardoso, nas sessões de 28 e 30 de Junho; Carlos Lage, na sessão de 30 de Junho; Pereira da Silva, na sessão de 30 de Junho; Vasco Miguel e outros, na sessão de 5 de Julho; António Guterres, na sessão de 7 de Julho; Apolónia Teixeira, na sessão de 7 de Julho; Seica Neves e Lalandia Ribeiro, na sessão de 12 de Julho; Barbosa da Costa, nas sessões de 19 de Maio, 1 de Junho e 21 de Julho; José Manuel Mendes, na sessão de 19 de Julho; Cerqueira de Oliveira, na sessão de 20 de Julho; José Reis, na sessão de 28 de Abril.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai ser lido um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

*Foi lido. É do seguinte teor:*

#### **Relatório e Parecer da Comissão de Regimento e Mandatos**

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 8 de Setembro de 1988,

pelas 15 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

**Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD):**

José Mendes Melo Alves (círculo eleitoral dos Açores) por Álvaro Cordeiro Dâmaso. Esta substituição é motivada pelo pedido de renúncia ao mandato do Sr. Deputado José Mendes Melo Alves, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do dia 4 de Agosto passado, inclusive.

Neste termos, e a partir do dia 4 de Agosto passado, inclusive, passou a exercer as funções de deputado com carácter definitivo (efectivo) o Sr. Deputado Álvaro Cordeiro Dâmaso;

Henrique Alberto Freitas do Nascimento Rodrigues (círculo eleitoral da Europa) por Fernando José Alves de Figueiredo. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para os dias 13 de Agosto passado a 15 de Outubro próximo, inclusive;

Luís Amadeu Barradas do Amaral (círculo eleitoral de fora da Europa) por António Mário Braga dos Santos Coimbra. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de um ano, a partir do dia 8 de Setembro corrente, inclusive;

**Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):**

João Cardona Gomes Cravinho (círculo eleitoral de Lisboa), por António Manuel Chambica de Azevedo Gomes. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para os dias 16 a 31 de Agosto passado, inclusive;

João Barroso Soares (círculo eleitoral de Lisboa) por António Manuel Chambica de Azevedo Gomes. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para os dias 1 a 15 de Setembro corrente, inclusive.

**Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):**

Diamantino José Dias (círculo eleitoral de Portalegre), por Luís Manuel Loureiro Roque. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do

artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de seis meses, a partir do passado dia 14 de Agosto, inclusive; Raimundo do Céu Cabral (círculo eleitoral de Santarém) por Álvaro Favas Brasileiro. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de seis meses, a partir do dia 14 de Agosto passado, inclusive;

**Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Renovador Democrático (PRD):**

António dos Santos Ramalho Eanes (círculo eleitoral de Lisboa), por Rui José dos Santos Silva. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período não superior a seis meses, a partir do passado dia 14 de Agosto, inclusive.

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em casusa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — O Secretário, *João Domingos F. de Abreu Salgado* (PSD) — *Daniel Abílio Ferreira Bastos* (PSD) — *Fernando Montiero do Amaral* (PSD) — *João Granja Rodrigues da Fonseca* (PSD) — *José Guilherme Pereira C. dos Reis* (PSD) — *Luís Filipe Garrido Pais de Sousa* (PSD) — *Manuel António Sá Fernandes* (PSD) — *Reinaldo Alberto Ramos Gomes* (PSD) — *Rui Manuel Lobo Gomes da Silva* (PSD) — *Valdemar Cardoso Alves* (PSD) — *Vasco Francisco Aguiar Miguel* (PSD) — *Mário Manuel Cal Brandão* (PS) — *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Herculano da Silva Pombo M. Sequeira* (PV) — *João Cerveira Corregedor da Fonseca* (ID).

Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vai agora proceder-se à leitura de um voto sobre o incêndio que ocorreu na Baixa pombalina.

*Foi lido. É do seguinte teor:*

### Voto

Um lamentável incêndio consumiu em Lisboa uma parte significativa da Baixa pombalina.

Trata-se de um dano profundo não apenas pelos elevados prejuízos materiais mas sobretudo pelas consequências nefastas para os trabalhadores que aí auferiam o seu sustento e das suas famílias e para os empresários e proprietários e habitantes dos quarteirões do Chiado que assim perderam os seus haveres e sofreram gravíssimos prejuízos.

Trata-se, em especial, do desaparecimento de um património histórico, cultural e arquitectónico de valor insubstituível. Património da cidade de Lisboa que assim ficou mais pobre, dos seus habitantes mas também de todo o País e mesmo da Humanidade.

Os escombros do Chiado são um eloquente grito de alerta para a necessidade de uma vigilância sem desfalecimento dos valores culturais e patrimoniais, para a necessidade de serem tomadas iniciativas para que situações idênticas não voltem a repetir-se. Aqui ou em qualquer lugar.

Os escombros do Chiado devem constituir um exemplo para que coloquemos toda a nossa capacidade na procura de normativos que minimizem a repetição de tão infaustos acontecimentos que unanimemente deploramos.

A Assembleia da República não pode nem quer deixar de tomar posição, o que aliás vem ao encontro do sentido geral de toda a Nação.

Por isso, reservou todo o período de declarações da reunião plenária de hoje para sublinhar o seu pesar pelo acontecido e o seu empenhamento em envidar todos os esforços, na esfera das suas competências, para que sejam sanados da melhor forma os efeitos nefastos daquela tragédia e a sua determinação em contribuir para a salvaguarda do património cultural do País.

Neste sentido admite o seguinte voto: Manifestar o seu pesar às vítimas do incêndio e respectivas famílias; solidarizar-se com a cidade de Lisboa pelos danos sofridos; louvar a actividade das corporações de bombeiros e de quantos ajudaram a combater o sinistro e empenhar-se para que a reconstrução da zona do Chiado salve os valores culturais do País; Solidarizar-se com os trabalhadores e empresários da zona que viram o seu trabalho e os seus bens postos em causa e empenhar-se na procura de soluções que minimizem os prejuízos materiais e morais causados pelo incêndio e que dêem resposta à grave situação criada; Tomar iniciativas que visem segurança contra incêndios e outras catástrofes naturais nos grandes centros urbanos, em particular nas zonas históricas, assim como as que se relacionem com a defesa e protecção do património cultural.

Srs. Deputados, este voto foi apresentado pela Mesa, depois de ouvidos todos os grupos e agrupamentos parlamentares, que, de acordo com o que se estabeleceu em conferência de líderes, se pronunciarão sobre o mesmo.

O Sr. Deputado Narana Coissoró pede a palavra para que efeito?

O Sr. Narana Colssoró (CDS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Sob a figura de interpelação à Mesa, o CDS gostaria que, no seguimento da leitura deste voto, fosse guardado um minuto de silêncio pela morte do bombeiro que caiu em cumprimento da sua missão e, desta forma, homenagear as corporações de bombeiros e todos quantos ajudaram a minorar os efeitos do incêndio.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a Mesa tinha previsto que se guardasse imediatamente antes da aprovação do voto. Em todo o caso, a Mesa é capaz de manter a sua sugestão não explícita porque vai ao encontro do interesse de todos nós, ou seja, isso far-se-á depois de todos os grupos parlamentares se terem pronunciado e julgo que o CDS também não vê nisso inconveniente. Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O acontecimento dominante da vida portuguesa tem sido, nas últimas semanas, o incêndio na zona do Chiado.

Não colhe repetir aqui as considerações que se justificaram no momento da catástrofe, nem as sucessivas intervenções e tomadas de posição do Partido Socialista e dos seus militantes nos dias que se lhe sucederam.

Hoje, mais do que carpir mágoas sobre a tragédia, importa encarar as tarefas de reconstrução e tirar dos acontecimentos as lições que ajudem a impedir que tragédias semelhantes se repitam.

Para o Partido Socialista a reconstrução deverá ter em conta quatro grandes princípios:

Em primeiro lugar, o respeito pela memória histórica do Chiado, mantendo-se a sua traça e o aspecto exterior de todos os edifícios.

Por isso mesmo, quando começaram a surgir ideias, do nosso ponto de vista insensatas, face às quais não vimos esboçar-se uma resistência firme, logo propusemos uma consulta pública aos cidadãos de Lisboa para que se evitasse o pior.

Em segundo lugar, há que impedir que a desgraça de muitos se transforme no negócio chorudo de alguns.

Daí que continuenos a sugerir a aprovação atempada de medidas capazes de obstar à especulação imobiliária nas áreas atingidas. Medidas que têm a ver, por exemplo, com o eventual recurso às expropriações, e com a manutenção do direito dos moradores e comerciantes afectados aos seus contratos de arrendamento, ainda que com as adaptações que porventura se justifiquem.

Em terceiro lugar, o aproveitamento do reordenamento dos espaços interiores, para que se comece a dar de novo vida ao centro de Lisboa, quer pelo aumento das áreas destinadas à habitação, quer pela criação de espaços de convívio e cultura.

Finalmente, a salvaguarda de todos os direitos e interesses legítimos de quem foi afectado pelo incêndio: trabalhadores, moradores, comerciantes e proprietários, cuja situação, mesmo após as medidas anunciadas, é ainda precária.

Mas não basta reconstruir o que ardeu.

Em Portugal vive-se um clima de perigosa inconsciência no que diz respeito à segurança dos centros urbanos e, em particular, das suas zonas históricas.

Não estamos preparados nem para evitar, nem para combater eficazmente os incêndios, as catástrofes que possam surgir; aparentemente ninguém sabe o que aconteceria se se repetisse em Lisboa o terramoto de 1755. A tudo se responde em Portugal com a improvisação geradora da confusão e da ineficácia.

Para o Partido Socialista é cada vez mais urgente um grande debate nacional sobre esta matéria. O Partido Socialista está disposto a participar nesse debate com seriedade, quer na Assembleia da República quer nas autarquias, do mesmo modo que está disposto a colaborar na mobilização da sociedade civil para que se aprovelem as leis e regulamentos necessários, para que se tomem medidas preventivas e para que se definam, com rigor, as estratégias de intervenção em caso de calamidade.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na génese do incêndio que assolou o Chiado não estão apenas a imprevidência e a incuria no domínio da prevenção directa. Estão também, estão por ventura sobretudo, as opções tomadas ao longo dos anos quanto ao ordenamento urbano da capital, as decisões e os critérios que foram condicionando e orientando, no decurso do tempo, a construção dos equipamentos sociais, a afectação dos imóveis, o traçado e a escolha da rede viária de acesso à cidade com efeitos estruturantes no tecido urbano.

Não deixa, aliás, de ser um exemplo paradigmático que no exacto momento em que, num coro quase unísono, as mais diferentes vozes apontam os efeitos de terciarização e desertificação da cidade como responsáveis por muitos dos riscos que pensam sobre Lisboa, nesse exacto momento, se assim, com pompa e circunstância, a outorga do contrato para a construção da auto-estrada Lisboa-Cascais.

Que essa auto-estrada venha a constituir mais um canal de drenagem para a periferia das populações ainda residentes em Lisboa, acentuando e agravando os fenómenos de terciarização e desertificação e constituindo, do mesmo passo, um factor de acréscimo de caudais de trânsito que a rede viária da cidade não comporta, não parece preocupar minimamente muitos daqueles que se transformaram do dia para a noite (neste caso mais concretamente da noite do incêndio para o dia do rescaldo) em paladinos da redescoberta de Lisboa como cidade de gentes, e não aglomerado de escritório e armazéns.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Essa é boa!

O Orador: — O incêndio do Chiado veio chamar a atenção dos Portugueses para o problema do correcto ordenamento urbano e para a necessidade de preservar, valorizar e dar vida ao nosso património histórico.

Importa que essa chamada de atenção se transforme numa tomada de consciência colectiva, que impeça a repetição dos erros e das práticas depredadoras do passado.

Procurar, por exemplo, no tristemente célebre arranjo da Rua do Carmo a razão primeira das dimensões atingidas pelo incêndio, sejam quais forem os obstáculos que esse arranjo tenha colocado ao seu combate, é bem mais do que uma visão simplista dos problemas em jogo; acabaria por se transformar num processo de escamotear as múltiplas causas que explicam a catástrofe, de sossegar as consciências, de encon-

trar uma resposta simples, e desde logo tranquilizadora, para um problema complexo, contribuindo para o adormecer dos espíritos e impedindo uma real tomada de consciência colectiva em relação ao que está em jogo.

É preciso que se desenvolva em Portugal um grande movimento cívico em defesa do património e é necessário que esta seja uma prioridade política, quer no plano nacional, quer na vida dos municípios, com as consequentes implicações orçamentais.

Áreas como as de muitos bairros de Lisboa, da zona ribeirinha do Porto ou de vários centros de cidades e vilas da província, exigem um tipo e um ritmo de intervenção que são totalmente incompatíveis com as tímidas medidas de prevenção e recuperação, que aqui e ali se vão esboçando, sendo poucas as excepções dignas de registo e elogio.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai, obviamente, votar a favor do texto apresentado pela Mesa.

Mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer, nem pode, deixar de tornar claro que as responsabilidades da assembleia se não esgotam, nem saldaram, com a mera aprovação de votos mais ou menos piedosos.

A Assembleia da República tem, em relação a esta matéria, responsabilidades, em particular no domínio legislativo, que não pode enjeitar.

Daí que o Partido Socialista tivesse pretendido que se fosse desde já mais longe, dando-se desde já um claro sinal de assunção daquelas responsabilidades.

Foi nesse sentido que preparámos uma proposta de deliberação tendo em vista a constituição de uma comissão mista (integrando representantes de diferentes comissões permanentes) incumbida da tarefa de proceder de imediato ao levantamento da situação, em particular no domínio legislativo, e de propor ao plenário as iniciativas que viesse a considerar justificadas.

O Partido Socialista solicitou que o debate e votação dessa proposta (já entregue na Mesa) tivessem lugar nesta mesma sessão. Tal não mereceu o necessário consenso. Lamentamos que assim tenha acontecido, mas fazemos votos para que a discussão não fique adiada — como é nosso hábito — para as calendas e possa fazer-se já na próxima semana, em sede de Comissão Permanente. É a própria credibilidade da Assembleia que está em jogo, se esta se ficar pela emissão de votos piedosos.

Se é necessário que todos metam desde já as mãos à obra, que sejamos nós, Assembleia da República, capazes de dar o exemplo.

*Aplausos do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, no tempo do PRD vão pronunciar-se a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia e o Sr. Deputado Rui Silva.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Natália Correia.

A Sr.<sup>a</sup> Natália Correia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas reflexões suscitadas pelo pavoroso incêndio que atingiu o Chiado, à ponderação sobre o somatório de imprevidências que aumentaram as proporções do sinistro, junta-se a preocupação pela inexistência de um plano sobre Lisboa. Um plano que não só a ponha a salvo da iminência de catástrofe em que

ela subsiste — a Lisboa esburacada, esventrada, com seus prédios leproados, ameaçando ruir, oferece-nos a imagem de estar suspensa de uma catástrofe — mas que também respeite, quer em relação ao passado, quer na abertura ao futuro, os diferentes espíritos dos lugares.

O Chiado que desapareceu fazia parte integrante de uma instituição cultural. Uma antologia de factos e vultos importantíssimos, desde o Romantismo ao Modernismo e mesmo à vida artística e literária que se estende para além do Modernismo.

Ora, parece haver acordo quanto a manter a fisionomia do Chiado, a volumetria dos edifícios e a integração nas novas construções das fachadas recuperáveis. Mas a questão é também saber o que se vai construir por detrás dessas fachadas. Porque a verdade é que o Chiado, como a Baixa em geral, entrou em decadência populacional com a deserção para outras zonas da cidade do comércio e dos escritórios.

Em princípio há um acordo para que as novas construções tenham andares destinados à habitação. Muito bem! Repovoar o Chiado é essencial à revitalização do seu tecido urbano. Mas há que preservar o que no Chiado pertence à memória colectiva e que é o espírito cultural do lugar.

Sugere-se, assim, que na reconstrução sejam significativamente destinados espaços a actividades culturais que no seu conjunto funcionarão como um centro de manutenção da vivência cultural do Chiado.

Porque, em suma, a conservação do património histórico-cultural não reside apenas na preservação de imagens arquitectónicas mas no espírito que as habita, que dá vida a essas imagens.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que muitas vezes mais avisadas temiam, e insistentemente tinham alertado, aconteceu finalmente. Em 25 de Agosto de 1988 data que tristemente perdurará na mente dos Portugueses, deflagrou o terrível incêndio da Baixa lisboeta, uma das maiores catástrofes que a capital portuguesa jamais sofreu. A não aplicação da lei em vigor, a inexistência de medidas preventivas, a natureza da construção pombalina dos edifícios atingidos foram razões primeiras para a enormidade do sinistro. Associado a estas causas, o volume de imprudências praticadas pelos proprietários de estabelecimentos e moradias, fazendo de caves, vãos de escada e corredores, autênticos armazéns de produtos que serviam e comercializavam, foi razão suficiente para o dramático sinistro ocorrido.

Hoje a Baixa lisboeta, local de inspiração para muitos dos nossos poetas tais como Eça de Queirós, Fernando Pessoa e Garret, resume-se a um amontoado de destroços, ruínas e ferros torcidos, tal foi a violência do incêndio. Um património arquitectónico e cultural, irremediavelmente desaparecido, arquivos históricos sepultados e destruídos sob os escombros. Em escasas horas, algumas das mais preciosas jóias da arquitectura da zona civil do Chiado foram totalmente destruídas.

Este Chiado que era, e que esforços deverão ser feitos para continuar a ser, um verdadeiro cartão de visita a turistas nacionais e estrangeiros que procuram a cidade de Lisboa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um alerta a que as entidades responsáveis, nas quais incluo esta Câmara e todos nós, não poderão ficar insensíveis. A cidade de Lisboa, como outras cidades e locais do nosso país, continua a ser um verdadeiro archote em potência.

Verifique-se o que está a acontecer neste momento por todo o território português: após cinco dias de calor intensivo, Portugal continua a arder, os bombeiros continuam a ter que sair diariamente *n* vezes e a destruição e a decadência continuam a notar-se como nos anos anteriores.

Há décadas que não se fazem vistorias a residências e estabelecimentos; os meios de detecção e prevenção, obrigatórios em estabelecimentos e prédios de utilização pública com mais de 150 m<sup>2</sup>, não são instalados e os resultados estão à vista. Recordo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que os Armazéns do Chiado e do Grandela, cuja área de ocupação era superior a 3000 m<sup>2</sup> não possuíam os meios obrigatórios que referi e esta catástrofe não teria atingido tais proporções se os mesmos tivessem sido instalados.

Depois de casa roubada, trancas à porta, o Governo e a Câmara Municipal de Lisboa vão finalmente accionar todos os mecanismos tendentes a regularizar as imprudências e as ilegalidades, ordenando vistorias a todos os prédios e estabelecimentos de Lisboa. Esta acção só pecou por tardia; foi preciso perder-se uma parte da Baixa lisboeta para que tais medidas fossem incrementadas.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados não basta dizer que se vão regularizar as situações, importa também saber quem o faz e com que meios principalmente humanos.

O Serviço Nacional de Bombeiros, organismo que a bem deverá ter em primeiro lugar essa responsabilidade, há muito que vem reclamando uma reestruturação dos seus quadros, nomeadamente técnicos.

Com a entrada em vigor da lei que obriga os estabelecimentos e prédios de grande porte a prévia vistoria e parecer favorável dos organismos responsáveis pelo combate e controle de incêndios, foram destacados cinco inspectores para o efeito, abrangendo todo o território continental; convenhamos ser um número manifestamente insuficiente.

É por aqui que se deve começar: dotar os organismos de meios materiais e humanos capazes de fazer face às responsabilidades que lhes vão ser incumbidas para que tristes e lamentáveis exemplos como o de 25 de Agosto não se repitam.

Uma palavra de apreço, estima e respeito pelos nossos bombeiros cujo altruísmo, sacrifício e vontade de servir estiveram bem patentes na forma altamente profissionalizada com que se empenharam no combate ao incêndio, evitando que a catástrofe assumisse maiores proporções.

O nosso lema de «vida por vida», e digo nosso porque também o sou, e nesta causa me empenho dia a dia, infelizmente uma vez mais aqui se aplicou: um jovem bombeiro de 30 anos pereceu no combate às chamas. À família enlutada e a toda a família dos bombeiros portugueses o PRD manifesta o seu profundo pesar e sentidos pêsames.



Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como não podia deixar de ser, em consequência de tão trágico sinistro, muitos residentes e trabalhadores viram-se privados das suas habitações e postos de trabalho.

As medidas tornadas públicas pelo Governo para fazer face a tais situações, embora tenham aplicabilidade prática e imediata capazes de minorar a dramática situação em que estes portugueses se encontram, não podem nem devem ser limitadas a um período de tempo específico.

Disponibilizar uma verba de 400 000 contos para pagamento de salários a 1300 trabalhadores até 31 de Dezembro do corrente ano é uma medida manifestamente insuficiente, pois não garante a subsistência desses trabalhadores a partir de 1 de Janeiro de 1989 e não é crível nem mesmo possível restabelecer a laboração até essa data.

Paralelamente, ao mesmo tempo que se abre uma linha de crédito para comerciantes e empresários, não lhes são dadas garantias de restaurar os seus estabelecimentos no mesmo local, o que poderá implicar a anulação dos seus contratos de arrendamento e perigar a viabilidade prática dos postos de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou terminar. As preocupações e alertas que sublinhamos nesta intervenção não deverão ser só nossas, serão de todos os portugueses, porque de um problema de Portugal se trata. Esta Câmara terá especiais responsabilidades no trabalho a efectuar e nas medidas a implementar. O PRD manifesta desde já a sua disponibilidade para que em conjunto com as outras forças políticas se encontrem as soluções justas, eficazes e rápidas para que o 25 de Agosto de 1988 não seja apenas um triste episódio da nossa história, mas também um alerta para que o espectro da insegurança e medo para quem vive ou trabalha em Lisboa ou em qualquer outro ponto do País seja definitivamente afastado.

*Aplausos do PRD, do PS, do PCP, do CDS, de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, combinou-se na conferência que esta seria uma sessão com características específicas.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Mas Sr. Presidente, o Sr. Deputado abordou uma questão altamente...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não lhe dei a palavra e não vamos romper o sistema estabelecido. Na Comissão Permanente, na próxima quinta-feira, o Sr. Deputado poderá fazer algumas observações sobre a matéria.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, aplique o novo Regimento!

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa?! Sobre que matéria, Sr. Deputado?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, sobre a matéria que estamos a abordar. V. Ex.<sup>a</sup> é, decerto, tão sensível às questões sociais como qualquer um de nós, como o Sr. Deputado que acabou de intervir.

Há problemas de emprego ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pretendemos que esta sessão tenha um certo número de características, com todos os riscos que se possam correr.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, aplique o novo Regimento!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, acabou de se pôr o mesmo problema no Centro Histórico de Leiria, onde há trabalhadores sem emprego, e pergunto se as medidas que neste caso preconizam não devem ser entendidas ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não lhe dou a palavra.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estamos em plena macrocefalia lisboeta!

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — A microcefalia é que é problema!...

A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No fluir do quotidiano as rupturas acontecem — umas brutais, outras menos, e depois paramos para as compreender ...

O Chiado ardeu! Agora é preciso reconstruir, reparar o tecido que rompeu.

Mas, antes de passar adiante, a primeira questão a levantar é a de saber se existem de facto políticas, nacionais ou locais, que visem assegurar, de modo objectivo, a preservação do nosso património, pois, como todos sabemos, são essas indefinições que geram situações críticas, quantas vezes irremediáveis.

Também sabemos que preservar o património edificado tem de passar necessariamente por uma determinação política, na defesa da nossa memória colectiva, num processo dinâmico, integrador e participado, primado do desenvolvimento real de qualquer comunidade, prioridade de todas as prioridades, geradora de um desenvolvimento que respeita os fenómenos culturais permanentes, que modela e projecta novos valores e que tem por finalidade o ser humano independentemente do seu poder económico.

O acidente do Chiado vem tornar mais evidente a existência em Lisboa, e noutras cidades do País, de situações de grande vulnerabilidade, que exigem uma acção adequada, assente em concepções de defesa do património, abrangentes e humanizadas, que accionem os mecanismos necessários para a sua fruição, segurança e valorização. É que a cidade de Lisboa, sendo passado, que nos devolve, estruturas mentais que contribuem para a nossa identidade cultural, é fundamentalmente as pessoas que a habitam, que a percorrem, que lhe dão sentido.

Os Verdes já se manifestaram contra a terciarização da Baixa pombalina, que transforma num deserto nocturno e num mero lugar de passagem durante o dia.

Agora, há que obstar a que, sob a acção de restauro e de reconstrução, se pratique uma renovação urbana que acentue o processo de esvaziamento da cidade de Lisboa, que esta tem vindo a sofrer nos últimos tempos. Por isso, propomos um debate público, em que se definam as linhas gerais do programa para o projecto da recuperação da zona sinistrada. Mas só entendemos estas acções inseridas num plano global de protecção de todo o Centro Histórico. Tanto mais que é sobre ele que se exercem as maiores pressões, no sentido de um zonamento urbano, que sub-repticiamente se vai concretizando.

Para Lisboa, não consideramos adequado uma cidade-museu, nem uma cidade-centro comercial. Para esta cidade o único destino aceitável é apenas o de ser cidade, com toda a sua diversidade social, económica e cultural.

Para Lisboa, é certo, também queremos a segurança e as condições necessárias para que acidentes deste tipo não se repitam facilmente.

É verdade que, quer politicamente, quer num plano de realidades práticas, pretendemos para Lisboa uma gestão municipal diferente, que lhe possibilite ser futuro.

E, ao dizermos isto, é porque, ao assumirmos as nossas responsabilidades, exigimos também as responsabilidades aos outros. É que, infelizmente, é também nestas situações de catástrofe que podemos aferir das políticas ou prioridades definidas na gestão de um município e dos mecanismos criados para o funcionamento da cidade.

O Partido Ecologista Os Verdes assume como exigência imperativa a clareza de todo este processo, pelo que considera como essencial o debate público sobre o programa de recuperação e a instauração de um concurso público para a feitura do referido projecto. Por outro lado, participaremos em todas as decisões conducentes ao acompanhamento do referido projecto, na exigência de soluções para fazer face à situação dos trabalhadores afectados, nas medidas legislativas que entenderem mais úteis, participaremos em todos as movimentações cívicas que devolvam a cidade à sua população e que lhe permitam participar na sua dinâmica construção.

*Aplausos de Os Verdes, do PS, do PCP, do CDS e da ID.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não deixa de ser irónico observar-se o tipo de reacções que o incêndio de Lisboa suscitou em autarcas e governantes: agora todos são unânimes — vamos a ver por quanto tempo! ... — em pugnar pela preservação de centros históricos, quando, durante anos, distraidamente, ouviam, e continuavam a ouvir, os protestos de populações, de historiadores, de arquitectos, de arqueólogos e de grupos que exigem a aplicação de uma política eficaz de protecção do património artístico e cultural.

Em nome de um discutível crescimento económico, especulador, sem quaisquer escrúpulos, tem-se avançado na destruição sistemática de centros históricos de grande valia cultural, tem-se avançado na alteração do meio ambiente, e isto perfeitamente a coberto de autoriza-

ções que são concedidas pelas autoridades, que facilitam assim a desenfreada actuação dos que visam apenas o lucro, e quanto mais fácil for esse lucro, melhor! ...

Não venham agora certos autarcas e governantes carpir mágoas, quando eles têm grandes culpas no que se tem passado!

Do Minho ao Algarve têm-se cometido verdadeiros atentados contra o nosso reduzido património cultural e não há notícia de que os governantes se preocupem com esse facto. Capelas românicas foram derrubadas para, em sua substituição, se implantarem construções para especulação imobiliária; vias romanas foram destruídas pelos próprios autarcas que pretendem alargar arruamentos de interesse secundário e edificar prédios de apartamentos sobre povoações romanas sábia e pacientemente descobertas por arqueólogos respeitáveis; centros históricos e povoações antigas foram invadidas por construções incríveis, que tanto poluem aldeias serranejas como localidades do litoral; procedeu-se à destruição de parques naturais para os militares poderem efectuar exercícios; construíram-se monstros inconcebíveis de cimento sobre as praias e utilizam-se para parques de automóveis zonas essenciais às cidades, para benefícios das populações, como acontece com o Terreiro do Paço.

A tudo isto, placidamente, se vem assistindo, em nome do progresso, ou seja, do lucro, do lucro fácil, atingindo-se valores essenciais que urge preservar. É uma onda de violenta manifestação de desprezo pela cultura, pela história e pelos hábitos das populações.

Aquilo que é dinamizado por certas autarquias e pelos governantes é o falso progresso e não venham os governos dizer que não têm culpa do que se passa. Têm e muita! ...

Fácil se torna atacar os clandestinos da ria Formosa ou da Arrábida, mas, quando se trata de ir mais longe, aprofundar a defesa do património contra interesses ilegítimos bens instalados, nem a Secretaria de Estado do Ambiente nem a Secretaria de Estado da Cultura demonstram idêntico dinamismo!

O mais curioso é que são os autarcas com grandes responsabilidades, incluindo na falta de segurança das populações, que têm o arrojo de atacar o Presidente da República por não lhes ter prestado vassalagem, a Secretária de Estado ou o IPPC por criarem alguns entraves a piores destruições e possíveis especulações, e que não pensam em demitir-se. Não têm coragem de se demitir, de confessar os seus erros mas passam ao ataque! Não deixa de ser, na realidade, curioso! E ainda há alguns que sonham em serem pequenos «marqueses de Pombal» ... Coitado do marquês ... coitados de nós! ...

Esquecem esses ou outros autarcas — e mais não são do que maus autarcas — as grandes responsabilidades no desprezo com que autorizam e por vezes promovem a descarada e especuladora violentação de zonas residenciais, de zonas ribeirinhas, de centros históricos, proporcionando a tecnocratas que, esquecendo deliberadamente a função social da sua própria actividade com intenções, como eles classificam, de «inovadoras e actuais», descaracterizem as cidades velhas, respeitáveis nas suas pedras e na sua história.

O incêndio de Lisboa foi uma pura coincidência, Srs. Deputados! Muito se tem dito e do que se diz resulta com certeza uma conclusão: impõe-se criar defi-

nitivamente condições para que não se repitam idênticas tragédias, ou piores, que colocam em perigo as populações e que empobrecem o nosso já tão parco património artístico, cultural e histórico, sem esquecer que o povo tem o direito de ser ouvido, de ver defendido um património que nunca foi, não é e não será nunca propriedade de meia dúzia de pessoas que, por vários circunstancialismos, ocupam posições de relevo político ou desenvolvem actividades proporcionadas por uma época de desenfreada especulação autorizada superiormente.

Finalmente, uma palavra para as populações, para os trabalhadores, para os comerciantes que não podem continuar a ficar sujeitos à incúria, ao desprezo e à insegurança e que, por isso, têm o direito de exigir das autoridades os seus postos de trabalho, as suas residências, as suas casas comerciais destruídas por força de uma tragédia, também possível por falta de condições de segurança. A esses, deve a Câmara, deve o Governo, deve a cidade e o País a reparação a que têm direito.

*Aplausos de Os Verdes e do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O incêndio do Chiado, segundo disseram alguns curiosos da história, não é o primeiro naquela zona depois da reconstrução pombalina. O próprio edifício dos Armazéns do Grandela já foi uma vez pasto de incêndio, no século passado, e nessa altura não se respeitou a traça pombalina, aquando da sua reconstrução, e também, segundo creio, não se culpavam as autoridades que então tinham o encargo de vigiar estes edifícios e a cidade de Lisboa. Como diria Eça de Queirós, o País adormeceu mais 100 anos sobre as glórias do passado.

Volvidos todos esses anos, mais uma vez, o Grandela e o Chiado arderam há poucos dias, e com o nosso afã democrático surgiram logo as incriminações. Infeliz e lamentavelmente, a RTP acusou os bombeiros, depois ouvimos aqueles que não gostaram que o Presidente da República visitasse os escombros, para, logo depois, louvarem outras entidades que visitaram a mesma área. Surgiram as ideias do referendo, cuja autoria original se discute acaloradamente ... Tudo isto aconteceu em poucos dias, em vez de, serenamente, se tentar saber o que significa para o País e para Lisboa o incêndio de uma parte do Chiado.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, devemos uma palavra de mágoa e de homenagem ao jovem que morreu na defesa do Chiado: o bombeiro Ramos. Esse homem não esteve à espera que lhe dissessem o que é que devia fazer, a quem devia dirigir-se, quem devia acusar ... Morreu no seu posto e não teve outras homenagens senão o funeral anónimo, ao qual nem sequer um membro do Governo teve tempo de assistir à saída de Lisboa! Estive lá e vi com dolorosa surpresa que não estava qualquer representante de tantas entidades e associações que discutem o fogo do Chiado, a não ser

os próprios bombeiros que fizeram fila ao pé da portagem para testemunhar o último adeus de Lisboa a quem morreu por Lisboa!

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Outro problema que o incêndio do Chiado nos trouxe, de imediato, foi a ânsia de demonstrar a arte da arquitectura, de demonstrar a boa gestão e as boas e más candidaturas para a Câmara, de pretender demonstrar que tudo seria muito diferente se o Chiado não fosse o que é, se não estivéssemos em 1988, se o País, como dizem, não corresse sob o melhor dos signos. Não é disso que hoje aqui se trata, mas tão-só de a Assembleia dizer o que é preciso fazer para o futuro.

Como disse, em primeiro lugar, o incêndio é um acontecimento natural das grandes cidades. Basta ver, por exemplo, as revistas internacionais como a *Time*, que trouxe um quarto de página com uma fotografia de Lisboa em chamas — por isso, quando dizemos que foi uma perda para a Humanidade é porque realmente o foi —, e a mesma revista encontrou uma causa que aqui ninguém referiu quando disse que a pressão da água de Lisboa é baixa para subir até aos telhados do Chiado a fim de permitir que as agulhetas de água pudessem controlar o incêndio. Outros satirizavam que nesse dia, ao mesmo tempo que crepitava o Grandela, crepitava também o conflito institucional entre as entidades com competências quanto à administração da cidade de Lisboa.

Quero aqui deixar uma palavra de homenagem e de saudação pela imagem de dor e de amargura que o Sr. Presidente da República transmitiu ao País e ao Mundo no próprio momento e do local do incêndio. O Sr. Presidente da República soube levar aos quatro cantos do Mundo a angústia de Lisboa perante o incêndio. Foi a primeira manifestação de inquietação, de amargura, de dor que o Mundo viu. Devo dizer que ficámos satisfeitos ao ver o Primeiro-Ministro e o Vice-Primeiro-Ministro empenhados na restauração imediata do Chiado e o declaravam naquele dia e naquele local, assumindo as suas responsabilidades. É por isso revelador da absoluta falta de imaginação o atirar culpas, encontrar bodes expiatórios, fazer política eleitoral, à custa do incêndio, à míngua de outros argumentos mais inteligentes e mais consentâneos com a tragédia que nos vitimou.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O CDS tem hoje pouco para acrescentar ao que já foi dito.

Primeiro, deseja homenagear todos aqueles que nesse dia fatídico, e depois, quiseram contribuir para restaurar a cidade de Lisboa, para lhe restituir o seu papel de capital histórica e cultural do País, da Europa e do Mundo.

Segundo, não alinhará nas tentativas de fazer do Chiado uma peça de eleicoarismo barato.

Terceiro, deseja contribuir com todos aqueles, quer sejam eles juristas, economistas, engenheiros, arquitectos, advogados dos empresários, dos inquilinos, ou dos trabalhadores — e digo advogados no sentido de serem porta-vozes e não homens profissionalmente interessa-

dos na defesa dos interesses individuais —, para manterem a grande cidade da cultura portuguesa, que é também cultura do universalismo português, e manter a cidade de Lisboa como a cidade de paz, a cidade do grande encontro do Ocidente com o Mundo, o grande entreposto do humanismo do génio criador do povo português.

*Aplausos do CDS, do PS, do PCP, do PRD de Os Verdes e da ID.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Decorridos quinze dias sobre a data negra de 25 de Agosto, não se duvida de que o momento é de concentrar atenções e energias na busca de soluções para os problemas, na adopção de medidas urgentes e ponderadas e na salvaguarda dos direitos inalienáveis das muitas centenas de pessoas afectadas. É isso que temos de fazer, embora com uma prevenção: não se pode tentar apagar da memória o que foi o 25 de Agosto e, acima de tudo, o que esteve na sua origem. Desde logo, a não adopção de medidas de segurança e prevenção adequadas ao conjunto de zonas históricas da cidade que pelas suas características se apresentam mais vulneráveis; o protelamento das acções tendentes à salvaguarda e recuperação do património edificado de Lisboa; a promoção de uma prática deliberada tendente a acentuar o processo de desertificação das zonas centrais da cidade com a crescente redução da função habitação e a sua substituição por armazéns, escritórios e outras instalações; as intervenções urbanísticas não ponderadas, não devidamente enquadradas e carecidas de rigor.

Temos de lembrar tudo isso e também as devidas responsabilidades se queremos encontrar soluções adequadas, se queremos tirar da tragédia as lições para o futuro.

Srs. Deputados, que dizer entretanto das medidas tomadas até agora? Respondem à ansiedade dos cerca de 1300 trabalhadores afectados? Respondem aos problemas das perto de 100 empresas abrangidas? Respondem aos receios expressos por especialistas e pelos Lisboaetas no seu conjunto, que se pronunciam pela recuperação da zona na sua traça e características? Não, pois não foram adoptadas até agora as medidas suficientes. Longe disso!

Dir-se-á que o tempo ainda foi curto. Diremos que já era tempo de dar tranquilidade e segurança àqueles que a pedem. Boas razões existem para que assim se tivesse feito. Quem mais do que os trabalhadores, os moradores e os comerciantes da zona poderão estar interessados na sua reabilitação?

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Orador: — É suficiente, por exemplo, o que foi decidido em Conselho de Ministros quanto aos trabalhadores, no sentido de ser pago até Dezembro um subsídio que corresponde, na prática, a cerca de 71 % do salário? Mas, até Dezembro, o que é que estará resolvido?

Neste quadro, cabe à Assembleia da República um papel insubstituível. Vão ser, pois, necessárias medidas de emergência que permitam garantir a continuidade

das empresas e das posições jurídicas de que beneficiavam, que garantam os postos de trabalho e evitem, se for caso disso, situações especulativas. Vão ser necessárias medidas com projecção orçamental para a qual a Assembleia da República tem competência.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Orador: — A Assembleia da República vai ter de intervir nesta área e vai ter de encontrar os instrumentos adequados para que a sua intervenção se processe com eficácia e rapidez.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Orador: — Por isso, logo a 29 de Agosto, o PCP anunciou que iria propor — como hoje o fez — a constituição de uma comissão que permitisse o acompanhamento sistemático das questões e que constituísse o interlocutor parlamentar adequado para as diferentes entidades envolvidas, designadamente a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Português do Património Cultural, as associações sindicais, as associações dos comerciantes, a Associação dos Arquitectos Portugueses, as associações dos bombeiros, dos moradores e de defesa do património.

A essa comissão mista, que hoje propomos, competirá, designadamente, cooperar com as entidades autárquicas e a administração central competente, proceder à audição sistemática das organizações que já referi, propor legislação especial de emergência e outras medidas a apreciar no âmbito do Orçamento do Estado.

As medidas a ter em atenção são muitas e importa, pois, recordá-las. Importa defender os direitos dos trabalhadores das empresas atingidas, garantir-lhes o direito ao posto de trabalho bem como o pagamento integral dos seus salários até à normalização da situação; garantir aos comerciantes o direito ao vínculo contratual de arrendamento, bem como a solução para os graves problemas fiscais que os afectam, nomeadamente quanto ao acesso à indemnização e quanto à recuperação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA); importa adoptar iniciativas legislativas especiais de emergência necessárias para garantir a completa aplicação do conjunto das medidas que acautelem os interesses dos trabalhadores e comerciantes; importa elaborar um plano de recuperação que preserve as características e a traça das edificações da zona, garantindo-lhes uma utilização tendente a revitalizar a zona da Baixa no respeito pela situação do comércio local pela ampliação da função habitação; importa garantir o regresso à zona de residência actual da população atingida pelo sinistro; instituir mecanismos de expropriação que assegurem a posse pública dos edifícios no caso de eventual intenção especulativa de venda a terceiros; ...

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Orador: — ... importa, ainda, defender o direito de opção da Câmara Municipal de Lisboa na compra dos edifícios que eventualmente sejam postos à venda, garantindo uma intervenção municipal que assegure a reconstituição das actuais funções; importa, também, fazer uma avaliação rigorosa dos meios de prevenção

disponíveis, formas de acesso e condições de segurança dos principais bairros e núcleos históricos da cidade de Lisboa;...

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O **Orador:** — ... importa reforçar a fiscalização na aplicação das medidas de segurança nos edifícios de uso público, designadamente nas zonas comerciais da cidade; importa implementar legislação complementar que garanta o efectivo cumprimento das normas de segurança indispensáveis.

Para terminar, Srs. Deputados, importa salientar que na definição, na adopção e implementação destas medidas deverão estar sempre presentes duas questões centrais: uma de metodologia e outra de objectivos globais.

Quanto à questão de metodologia, ela está consubstanciada na necessidade que deverá ser uma verdadeira regra de ouro de ouvir, ouvir sempre, de fazer participar, na busca e na aplicação das soluções, os interessados, os trabalhadores, os comerciantes, os especialistas, os Lisboaes no seu conjunto. O autoritarismo e o secretismo de gabinete são, no caso, inadmissíveis.

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O **Orador:** — A questão dos objectivos globais, a questão de filosofia, está consubstanciada no carácter imperioso de colocar no centro das preocupações, em toda esta questão as pessoas, os seus problemas e aspirações e o progresso de Lisboa no respeito pelo seu património centenário.

É por estas linhas, é nestes objectivos centrais que, da nossa parte, PCP, pautamos a nossa opinião, a nossa acção e intervenção.

*Aplausos do PCP e do PS.*

O **Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Correia Afonso e de seguida passaremos à votação do voto de pesar apresentado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Correia Afonso.

O **Sr. Correia Afonso (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ardeu o Chiado!

No dia 25 de Agosto o coração de Lisboa quase desapareceu.

O Grupo Parlamentar do PSD, que quer traduzir o sentir da maioria dos portugueses, não pode deixar de manifestar aqui um profundo pesar pela tragédia que destruiu parte significativa do património cultural de Lisboa.

Pessoalmente, e sem poder esquecer a minha qualidade de representante dos municípios, como presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, quero exprimir também o grande desgosto pela calamidade ocorrida.

Os incêndios não vêm nas previsões económicas nem têm filiação partidária. É, portanto, um pesar que todos nós manifestamos e não estamos, a respeito deste assunto, divididos.

Se a desgraça foi grande, a solidariedade também o foi.

Neste momento, em que se faz o balanço daquilo que ficará como um dia negro para a história da cidade, há que reconhecer o precioso contributo de todos aqueles que generosamente deram o seu esforço em prol da colectividade.

Falo em todos os bombeiros, nomeadamente no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa e das restantes corporações de voluntários que contribuíram para limitar a dimensão do sinistro e para salvar vidas humanas.

Falo ainda na Santa Casa da Misericórdia, no Centro Regional da Segurança Social, na Cruz Vermelha Portuguesa, na Cáritas Diocesana, no Exército de Salvação, nos escuteiros, nas Polícias de Segurança Pública, de Intervenção e Judiciária que deram um valioso auxílio na segurança das pessoas e bens e no acolhimento e conforto das vítimas deste grande desastre.

Merecem ainda uma palavra a recordá-los, o Instituto do Património Cultural, a Associação Portuguesa de Arquitectos, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a União das Associações de Comerciantes, os sindicatos e a Associação de Proprietários que, com generosidade, também vieram dar a sua ajuda.

O incêndio do Chiado foi uma tragédia. Mas há que olhar para o futuro e enunciar com firmeza as medidas necessárias à reposição daquilo que foi uma parte significativa da Lisboa setecentista.

A solidariedade dos proprietários dos edifícios sinistrados no sentido de manter a globalidade dos arrendamentos existentes já foi conseguida pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Estão transitivamente resolvidas as dificuldades dos trabalhadores. Vão iniciar-se as obras de demolição dos edifícios que ameaçam ruir e a consolidação dos restantes. Vai proceder-se ao levantamento topográfico de toda a zona, ao seu reconhecimento geológico e à recolha dos elementos de valor histórico e monumetal com vista à reconstituição.

Terá lugar um concurso de pré-qualificação das equipas técnicas que irão intervir na realização dos projectos de execução dos edifícios.

Enfim, vai reconstituir-se, no mais curto espaço de tempo, aquele Chiado que ardeu.

Houve quem definisse que um povo era tanto mais civilizado quanto mais conseguisse dominar as forças da natureza.

Não basta reconstituir material e culturalmente o Chiado. É preciso também criar condições para que a tragédia se não repita, seja em Lisboa, seja em qualquer outra cidade do País.

Em termos formais o que está neste momento em causa é um voto de pesar. Mas em termos humanos e culturais, o que está em causa, além de um profundo desgosto que queremos exprimir, é a nossa esperança na reconstituição do que desapareceu e o nosso desejo de que calamidades destas se não repitam. Que se não repitam em Lisboa ... mas também no resto do País!

*Aplausos do PSD, do PS e do PRD.*

O **Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, antes de passarmos à votação, quero recordar à Câmara que estão abertas as urnas para a votação dos representantes da Assembleia da República para a Comissão Consultiva para o Licenciamento das Actividades de Radiodifusão.

Como todos sabem, as urnas estão abertas até às 18 horas.

Depois da votação do voto de pesar e de guardarmos um minuto de silêncio, vou suspender a sessão, a qual reabrirá às 18 horas e 15 minutos para proclamar o resultado da eleição.

Entretanto, estão em aprovação os n.ºs 107 a 120 do *Diário*, 1.ª série, repetantes às reuniões plenárias de 28, 29 e 30 de Junho e 1, 5, 6, 7, 8, 12, 14, 15, 19, 20 e 21 de Julho passados.

Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação do voto de pesar que foi lido e apreciado no início da sessão. Está em votação.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID e a abstenção da deputada independente Helena Roseta.*

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Helena Roseta (Indep.): — Sr. Presidente, quero apenas anunciar que, nos termos regimentais, farei chegar à Mesa uma declaração de voto por escrito.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos aguardar um minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio de Lisboa, designadamente pelo bombeiro do Serviço de Bombeiros Portugueses falecido em serviço.

*A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.*

Srs. Deputados, está, então, interrompida a sessão. *Eram 16 horas e 40 minutos.*

#### ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 15 minutos.*

Vai proceder-se à leitura da acta da eleição dos membros da Comissão Consultiva para o Licenciamento das Actividades de Radiodifusão.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos):

#### Acta

Aos 8 dias do mês de Setembro de 1988, nesta Assembleia da República, realizou-se a eleição para a Comissão Consultiva para o Licenciamento das Actividades de Radiodifusão, desde as 15 horas e 15 minutos até às 18 horas.

Apresentaram-se ao sufrágio duas listas: a lista A, constituída por Pedro Manuel de Melo Paes de Vasconcelos, Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo e José Manuel Torrão, subscrita pelo Partido Social-Democrata; a lista B, constituída por Sebastião Pinto Mendonça Garcia, José Élio Sucena e Maria José Fonseca e Costa, subscrita pelos Partidos Socialista e Comunista.

De acordo com os votos expressos e segundo o método de Hondt, verificou-se o seguinte resultado:

Inscritos — 250;  
Votos entrados — 215;  
Votos nulos — 4;  
Votos brancos — 5;  
Abstenções — 35.

Lista A — 126.

Lista B — 79.

Foram eleitos:

- 1) Pedro Manuel de Melo Paes de Vasconcelos, da lista A;
- 2) Sebastião Pinto Mendonça Garcia, da lista B; e
- 3) Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo, da lista A.

Assembleia da República, 8 de Setembro de 1988. — Os Deputados Escrutinadores: *João Salgado — Maria Ana Medeiros — Apolónia Teixeira.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tendo em conta os resultados da eleição que acabámos de realizar, declaro eleitos para a Comissão Consultiva para o Exercício da Actividade de Radiodifusão os Srs. Pedro Manuel de Melo Paes de Vasconcelos, Sebastião Pinto Mendonça Garcia e Jorge Dias Félix Gonçalves de Araújo.

Srs. Deputados, como sabem, a partir de hoje terá lugar, às quintas-feiras, pelas 15 horas, a reunião da Comissão Permanente.

Desejo-lhes a continuação de um bom trabalho parlamentar e político e, para aqueles que ainda não gozaram as férias todas, a continuação de umas boas férias. Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 20 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Partido Social Democrata (PPD/PSD):

António Maria Pereira.  
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.  
Cecília Pita Catarino.  
João Álvaro Poças Santos.  
José de Vargas Bulcão.  
Margarida Borges de Carvalho.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
Alberto de Sousa Martins.  
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.  
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.  
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.  
Jorge Luís Costa Catarino.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Campos Rodrigues Costa.

*Faltaram à sessão os seguintes Drs. Deputados:*

**Partido Social Democrata (PPD/PSD):**

Álvaro José Rodrigues Carvalho.  
António Manuel Lopes Tavares.  
Carlos Alberto Pinto.  
Carlos Manuel Duarte Oliveira.  
Domingos da Silva e Sousa.  
Fernando Barata Rocha.  
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
Fernando Monteiro do Amaral.  
Joaquim Fernandes Marques.  
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José Mendes Bota.  
Luís Manuel Neves Rodrigues.  
Manuel José Dias Soares Costa.  
Mário Jorge Belo Maciel.  
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.  
Paulo Manuel Pacheco Silveira.

**Partido Socialista (PS):**

António de Almeida Santos.  
António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
Edmundo Pedro.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Jaime José Matos da Gama.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
João Rosado Correia.  
Jorge Fernando Branco Sampaio.  
José Manuel Torres Couto.  
Júlio Francisco Miranda Calha.

**Partido Comunista Português (PCP):**

Manuel Rogério Sousa Brito.  
Maria Luísa Amorim.

**Agrupamento Intervenção Democrática (ID):**

Raul Fernandes de Moraes e Castro.

**Declaração de voto enviada à Mesa para publicação  
e relativa ao voto de pesar  
sobre o incêndio na zona do Chiado.**

Abstenho-me no voto de pesar sobre o Chiado porque o considero inútil e tardio, se não mesmo algo hipócrita.

A Assembleia da República tem responsabilidades nacionais de que não pode demitir-se. Neste caso, há legislação para corrigir, há matéria para inovar, há sugestões a recolher de entidades envolvidas para as introduzir no normativo português.

Uma proposta de deliberação nesse sentido foi ontem presente à conferência de líderes, tendo sido adiada para posterior debate e votação.

Nestas condições, parece-me que estamos a votar o que de nada adianta agora e estamos a ignorar a urgência da missão que nos compete.

Penso que neste caso a Assembleia devia fazer mais e mais depressa. Espero que venha a fazer, de facto, algo mais — e lamento a lentidão com que aqui foi encarada a sugestão prática ontem presente à conferência de líderes.

Lisboa, 8 de Setembro de 1988. — A Deputada Independente, *Helena Roseta*.

**Rectificação ao n.º 120, de 22 de Julho de 1988**

Na p. 4801, 2.ª col., linhas 29 e seguintes, onde se lê «votos contra do PS, do PCP, do PRD, de Os Verdes e da ID e abstenções do CDS e do deputado Armando Cunha, do PSD» deve ler-se «votos contra do PS, do PCP, do PRD, do CDS, de Os Verdes e da ID e a abstenção do Deputado do PSD, Armando Cunha».

**OS REDACTORES:** *Maria Amélia Martins — José Diogo.*

# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

**IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.**

## **AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTES NÚMEROS 72\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex